



**ACÓRDÃO Nº 598/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11429/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Secretaria Municipal do Centro – SEMC.
- 5- **Exercício:** 01/01 a 29/04/2015.
- 6- **Responsável:** Sr. Glauco Francesco de Souza Luzeiro, ex-Secretário Municipal do Centro.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1927/2017-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls.398/414).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal do Centro - SEMC. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Multa. Concessão de Prazo. Recomendação. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Glauco Francesco de Souza Luzeiro**, Secretário e Ordenador de Despesa, no período de 01/01 a 29/04/2015, responsável pela Secretaria Municipal do Centro - SEMC, nos termos do art. 1º, II, 22, III, “b” e 25 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, III, “b” da Resolução 04/2002 – TCE/AM, pelo cometimento das irregularidades apontadas no corpo do Relatório/Voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Glauco Francesco de Souza Luzeiro** no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, Lei nº 2423/96 (LO-TCE) c/c art. 308, VI, do R/TCE relativas às restrições 1, 2.1, 2.2, 3.1, 3.2, 4.1, 5.1, 5.2, 9.1, 10.1 e 12.3, não sanadas, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;



**ACÓRDÃO Nº 598/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.3. Conceder Prazo** ao **Sr. Glauco Francesco de Souza Luzeiro** de 30 (trinta) dias, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 169, I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal;

**10.4. Recomendar** à Casa Civil - Prefeitura de Manaus para que:

- a) escolha membros para formação da comissão de fiscalização dos contratos administrativos segundo critérios de qualificação técnica específica, bem como incentivar a participação de capacitação periódica com vistas a mantê-los atualizados quanto às melhores práticas no acompanhamento da execução dos contratos relativos ao órgão;
- b) cumpra o disposto no art. 57 inciso II da Lei 8.666/93, no que se refere a comprovação da vantagem econômica para prorrogar contratos, por meio de pesquisa de mercado;
- c) adote medidas práticas que garantam o cumprimento ao princípio da formalidade processual;
- d) aprimore o controle de multas, afim de que seja paga dentro do vencimento com o intuito de evitar que, por lapso, o servidor responsável não quite a obrigação e se retire do serviço público, deixando o ônus para a administração;
- e) regularize o registro e o controle de utilização de todos os veículos;

**10.5. Determinar** à Prefeitura Municipal de Manaus – PMM para que proceda junto a seus Órgãos:

- a) a uniformização e padronização dos demonstrativos contábeis apresentados pelos órgãos da administração direta em consonância com os princípios que regem o Orçamento Público (Equilíbrio, Clareza, dentre outros) e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP;
- b) adoção de mecanismos para que o Balanço Orçamentário apresentado pelos órgãos estejam em consonância ao Princípio orçamentário do Equilíbrio, e que no caso de déficit, as causas



**ACÓRDÃO Nº 598/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

sejam evidenciadas em Notas Explicativas;

c) a elaboração do seu Manual Técnico de Orçamento em consonância às normas MCASP;

d) instruções normativas contemplando procedimentos orçamentários, financeiros e contábeis para nortear a extinção das Unidades Gestoras do Município, e que sejam evidenciados em Notas Explicativas que esclareçam os critérios adotados;

e) apresentação de dados dos demonstrativos contábeis advindos do AFIM condizentes com as apresentadas na Prestação de Contas Anual, visto que foi detectada divergência no Balanço Patrimonial das Unidades Gestoras;

f) a implementação das normas e procedimentos relativo ao Decreto de nº 0850/2011, Decreto de nº 2795/2014 e o Manual do Gestor de Patrimônio com vista a proceder o controle dos bens móveis patrimonial o qual deve ser efetuado tempestivamente;

g) alerta quanto a impossibilidade de atuação de servidor público municipal como advogado contra a Fazenda Pública em processo administrativo de prestação de contas;

**10.6. Determinar** à Sepleno – Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

**11- Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Junho de 2017.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral